NOVOS SUJEITOS, ÉTICA E INCERTEZA

Antonio Carlos M. Guimarães*

*Doutorando em Ciências Sociais,
membro do NESCCi – Núcleo de
Estudos da Subjetividade, Cultura
e Cidadania (PUC/SP).

O previsível deslocado pelo incerto, um movimento que traduz a mudança de foco do universal para o contingente. É intenção deste ensaio apoiar-se neste gancho, aplicando-o à abordagem dos fenômenos sociais. Seu tema será um discurso que se apoia na noção da legalidade como reação à emergência de novos sujeitos na esfera pública brasileira da atualidade.

A justificativa é simples. Ela parte do reconhecimento do terreno legal como configurado por categorias e normas com pretensão de universalidade, sacrificando o contingente das situações a que se aplicam. Como regras a serem cumpridas, ignoram a particularidade dos atores e a intenção ética que conduz seus atos, os quais remetem a um campo de possíveis, não raro escapando ao previsto em lei.

A mesma preocupação também se estende ao campo discursivo. Neste, a “objetividade” e “isenção” que se pretende na lei, encontra eco em argumentos que seguem regras precisas de validação. Em oposição, percebe-se nos processos deliberativos um jogo que se faz pela sedução e intersubjetividade, repondo o contingente das situações.

Nosso ponto de partida é um comentário de Paul Ricoeur que nos chama a atenção para os conflitos que emergem na aplicação das normas legais:

(...) essa regra de universalização cria situações conflituosas, a partir do momento em que a pretensão universalista, interpretada por uma certa tradição que não se explicita, choca-se com o *particularismo* solidário dos contextos históricos e comunitários de efetivação destas mesmas regras. (RICOEUR, 1995: 170)

Seriam vários os exemplos possíveis. Mas vamos nos ater aos conflitos que hoje têm lugar na esfera pública brasileira. Uma característica marcante na ação dos movimentos populares é o seu afastamento dos canais legais de representação, a mobilização direta sobreposta aos partidos e sindicatos. A reação do governo e de parte da mídia é insistir no discurso de defesa da ordem legal, reificando-a na noção de Estado de direito.

Há, nesse caso, a omissão de todo um percurso histórico, produtor de nosso

corpo de leis e instituições jurídico-políticas, cujas categorias se convertem em intemporais, aplicáveis a qualquer situação. Universal e estático, este é o quadro que vem sendo desafiado nas ocupações de fazendas e prédios públicos, nas manifestações de rua, enfim, nos diversos atos que apontam para um processo crescente de desobediência civil.

Certamente tem relevância o fato de a ordem institucional brasileira ter-se produzido, ao longo dos séculos, num processo excludente, que afastou a grande maioria da população do centro das decisões. Portanto, é necessário ressaltar o caráter autoritário dos discursos que se colocam acriticamente em defesa da lei. Estes desconhecem que as mobilizações que ora assistimos – concordemos ou não com alguns de seus métodos, pouco importa – buscam garantir um espaço de intervenção de novos sujeitos na discussão de temas relevantes para o conjunto da população.

Aqui, o paralelo a ser feito é com Habermas e suas observações sobre a esfera pública burguesa. O autor ressalta a pretensão de racionalidade nas discussões que nela ocorriam e que pode ser explicada na razão direta da homogeneidade do público, do qual encontravam-se excluídos mulheres, crianças e trabalhadores. A convergência de interesses que tamanha homogeneidade produz, permite que estes jamais se explicitem, permitindo que o debate se represente como isento e conduzido pela objetividade.

Nesta configuração da esfera pública podemos buscar um elemento que intervem num movimento que, em Toulmin, aparece como de afirmação do universal frente ao particular. O autor contextualiza este processo a partir do colapso do consenso medieval. Assim, se os *“humanistas do século XVI tinham aprendido a viver num mundo de cotingências e incertezas, 50 anos mais tarde estes obstáculos à necessidade e à certeza filosóficas tornaram-se inaceitáveis.”* (TOULMIN, 1992: 23). Nesta tendência, Descartes é o marco de uma transição em que o pensamento, antes voltado para questões tanto teóricas como práticas, começa a se fixar em questões relativas a teorias universais e intemporais.

De qualquer maneira, no plano político a idéia de isenção serve de máscara aos interesses que se escondem atrás de categorias tidas como universais. Ainda em Habermas, percebe-se como a conquista de direitos políticos pelas massas trabalhadoras inverte esta relação, de maneira que os conflitos sociais se alojam no espaço público e este se converte num campo de discussão que busca o equilíbrio de interesses, embora ainda se destaque a reação conservadora que emerge neste contexto. Esta, muitas vezes, encontra tradução nos apelos de uma legislatura de

notáveis - indivíduos isentos às paixões das massas.

Uma esfera pública marcada pela pluralidade, certamente traz desdobramentos incertos produzidos nas “colisões” entre uma multiplicidade de sujeitos. Também aqui podemos falar numa irreversibilidade dos processos. No caso brasileiro atual, como em outros, os conflitos surgem na emergência de novos sujeitos e valores, em que se destacam as diversas organizações e movimentos populares que reúnem os que até agora sempre se encontraram excluídos dos processos deliberativos, mas também se estende a um conjunto de atores articulados em torno de temas que só recentemente se agregaram à discussão (orientação sexual, etnicidade, ecologia etc.).

A necessidade do diálogo se impõe. Contudo, antes de abordá-lo, é pertinente uma observação sobre os sujeitos e suas relações. Neste sentido, tomemos as definições de identidade exclusiva e inclusiva formuladas por Morin. Nelas se abrem ao sujeito as alternativas do isolamento ou da construção de uma nova identidade na incorporação do outro. Absolutas, elas se convertem em pólos de um comportamento que varia do total egocentrismo à mais completa abnegação.

Destaquemos a abnegação. Num quadro composto pelo pensamento tecnocrático, ela pode se traduzir em sacrificalismo. A própria noção de desenvolvimento é apresentada como acima dos interesses. Cabe ao indivíduo que sofre as conseqüências do modelo adaptar-se às necessidades de um sujeito maior, acima das paixões e dos interesses. É este o elemento presente em todos os discursos tecnocráticos, que trocam a justiça entendida como equidade por compromissos com uma determinada idéia de desenvolvimento, tomada como um fim em si mesma.

Consideração análoga pode ser feita em relação às leis e à moral. Em nome da coletividade o indivíduo deve submeter seus interesses e valores a uma idéia que se impõe. Este é o mote da norma, quando esta perde os laços com a intenção ética que lhe deu origem. Ricouer coloca a questão de um outro ângulo: a identidade que inclui se constrói na estima de si e na consideração do outro, incorporando a solicitude e a amizade. Para o autor, a intenção ética, distinta da norma moral, é definida como o desejo de uma vida boa consigo, com o outro e em instituições justas.

A conseqüência é o deslocamento dos termos da discussão. Seu foco passa da legalidade para a justiça, o que envolve tanto um cálculo de benefícios e sacrifícios a serem distribuídos, como a consideração de cada um do que seja bom. Conflitos,

contudo, podem continuar a existir. Neste sentido é que Ricouer faz intervir um terceiro elemento que é a “sabedoria prática”, capaz de revigorar os laços entre a intenção ética e a norma moral.

O que foi colocado acima nos leva a considerar a pertinência da Retórica como instrumento de análise de fenômenos sociais marcados pela pluralidade e incerteza. A temporalidade do discurso que procura seduzir repõe aquele elemento de contingência ignorado em discursos que buscam sua validação na aplicação de normas universalizantes. A referência a Foucault é obrigatória, uma vez que ele identificou na “vontade da verdade”, o princípio básico dos discursos produzidos a partir do século XVII.

Alguns autores inscrevem o ressurgimento da Retórica num movimento contrário, em que se valorizam as condições particulares que envolvem o orador e seu público. Recoloca-se, então, a questão da subjetividade e a temporalidade passa a ser a marca do discurso que evolui segundo um movimento (incerto) que ele mesmo provoca.

Por outro lado, o lastro nos valores subjetivos do público não raro associou a Retórica à manipulação das consciências - “Retórica Negra” é a expressão cunhada por Barthes. Todavia, alguns autores, entre os quais Meyer, vão reconhecer no exercício discursivo um aspecto de jogo que envolve sedução e aceitação:

Censurar o discurso por ser manipulador reduz-se na realidade a censurar o discurso por ser. Porque está na natureza da discursividade apresentar-se desde logo como responder, como respostas, tal como está nas mãos dos homens decidir encarar ou não este fato, aceitá-lo ou não, jogar ou não o jogo, procurar ou não os problemas subjacentes, enfim, pronunciar-se livremente ou fiar-se no que os outros lhes propõem, muitas vezes em função de interesses próprios. (...) (MEYER, 1992: 70)

Esta última consideração atesta a importância da atenção ao discurso dos novos atores que emergem na discussão política. A forma como vem ocorrendo sua mobilização aponta para a necessidade de construção de novos canais de negociação, mas também requer uma “sabedoria prática”, resgatando a intenção no estabelecimento de regras.

Essas reflexões valem, também, para aqueles que se colocam na posição de defensores dos excluídos: deve-se perguntar sobre o que torna determinados

discursos sedutores para alguns e não para outros. Se, com Meyer, podemos entender a sedução das palavras como a aceitação em nome de uma subjetividade, a abordagem de processos de manipulação cede lugar à afirmação da pluralidade de valores, configurando aquelas situações em que as “colisões” se fazem através da prática discursiva.

BIBLIOGRAFIA

- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.
- HABERMAS, Jurgem. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984
- MEYER, Michel. As bases da retórica. In CASCARDI et alli. *Retórica e comunicação*. Lisboa: Fundação Gulbenkian, 1992.
- MORIN, Edgar. A noção de Sujeito In SCHNITMAN, D.F (org). *Novos paradigmas, cultura e subjetividade*. P. Alegre: Artes Médicas, 1996
- PRIGOGINE, Ilya. La fin de certitude. In MENDES, Cândido (org). *Représation et Complexité*. R.J: EDUCAM, UNESCO/ISSC, 1997.
- RICOUER, Paul. *Em torno ao político*. São Paulo: Loyola, 1995.
- TOULMIN, Stephen. Racionalidade e razoabilidade. In CASCARDI et alli. *Retórica e comunicação*. Lisboa: Fund. Gulbenkian, 1992.

E
C
C
O
S

R
E
V.

C
I
E
N
T.

n. 1
v. 2

jun.
2000